

## O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARANÁ

Gabriel Hideki Saito Becca (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Marina Silva da Cunha (Orientador). E-mail: ra126068@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR

**Área e subárea do conhecimento:** Economia / Economia dos recursos humanos

**Palavras-chave:** PIB per capita; políticas públicas; ambiente; desigualdade regional

### RESUMO

Este projeto de iniciação científica teve como objetivo analisar o desenvolvimento sustentável paranaense. Nesta pesquisa são utilizadas informações oficiais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Foi possível verificar que apesar do desempenho econômico do Paraná, a distribuição dessa produção possui uma desigualdade alta entre os municípios paranaenses. Por sua vez, quando analisamos o indicador de cobertura florestal remanescente, observa-se que a maioria dos municípios se encontra em um patamar abaixo do desejável para a sustentabilidade, o que demanda políticas públicas que busquem reverter este cenário.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável se constitui em uma temática relevante na atualidade. As discussões sobre o desenvolvimento econômico aliado à sustentabilidade se tornaram prioritárias de uma perspectiva global devido ao uso dos recursos naturais e da garantia de crescimento econômico para todas as camadas sociais. Assim, o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de suprir as necessidades das gerações futuras (ALMEIDA, 1997).

Para Tavares (2005), a ideia de sustentabilidade parte da premissa da mobilização de ações que expandem as oportunidades sociais e as condições de vida de toda população, em que seria necessário a efetivação de interlocutores e atores sociais ativos na constituição de diálogo entre o Estado e a sociedade civil local. A articulação das condições que se estabelecem sobre a sustentabilidade democrática

se desdobra através da gestão de políticas públicas. Assim, as políticas públicas desempenham um papel central na definição das regras, regulamentações e alocação de recursos que afetam a forma como a sociedade opera e se desenvolve. Ainda para o autor, governança promotora do desenvolvimento sustentável é essencialmente a capacidade de integrar a ideia de sustentabilidade em todas as políticas públicas e garantir que elas sejam implementadas de forma coerente e interligada. Isso implica não apenas a adoção de medidas específicas para proteger o meio ambiente e promover práticas sustentáveis, mas também a consideração dos impactos ambientais, sociais e econômicos em todas as decisões políticas. Uma governança eficaz para o desenvolvimento sustentável requer a participação de diversos atores, incluindo governos, setor privado, sociedade civil e comunidades locais. Além disso, deve haver transparência, prestação de contas e mecanismos de participação pública para garantir que as políticas sejam desenvolvidas de forma democrática e responsável.

De acordo com Moura e Bezerra (2016), muitas vezes há conflitos entre as políticas ambientais e outras políticas públicas. Apesar de serem destacados avanços em termos econômicos e a influência de organizações não-governamentais no Legislativo e no Executivo, ainda existem desafios em termos de governança para a sustentabilidade. Isso ocorre em parte devido a desarticulações entre diferentes setores e níveis de governo, bem como entre os diversos interesses e atores envolvidos.

Segundo Gomes e Ferreira (2018) as políticas públicas devem evitar priorizar o crescimento econômico por si só e isso significa que devem considerar não apenas o crescimento econômico, mas também questões como equidade social, preservação ambiental, respeito aos direitos humanos, ética nos negócios e participação democrática. Portanto, ignorar essas outras dimensões do desenvolvimento em favor do crescimento econômico pode levar a uma falácia de desenvolvimento, em que aparentemente há progresso, mas na verdade há sérios problemas não resolvidos ou até mesmo agravados.

Neste contexto, o presente estudo busca analisar o desenvolvimento sustentável paranaense, a partir de alguns indicadores socioeconômicos.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem como foco indicadores do desenvolvimento sustentável paranaense. Neste sentido, buscando compreender o comportamento desses indicadores. Na pesquisa são utilizadas informações disponíveis no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Para caracterizar o desempenho econômico nos municípios do Estado do Paraná, utiliza-se o PIB per capita para o

ano de 2021. Por sua vez, para caracterizar o nível de conservação dos recursos naturais é utilizado o percentual de cobertura florestal, para os anos de 2005-2008.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1 pode ser observado o PIB per capita dos municípios paranaenses para o ano de 2021. Em média o Paraná apresentava um PIB per capita igual a R\$ 47.421,76, porém enquanto Araucária tinha um valor igual a R\$ 170.125,52, Piraquara tinha um valor de apenas R\$ 13.213,37. Estes resultados refletem um alto nível de desigualdade na distribuição da produção entre os municípios. O PIB per capita representa uma medida de crescimento econômico, mas não necessariamente de desenvolvimento econômico ou mesmo de sustentabilidade.

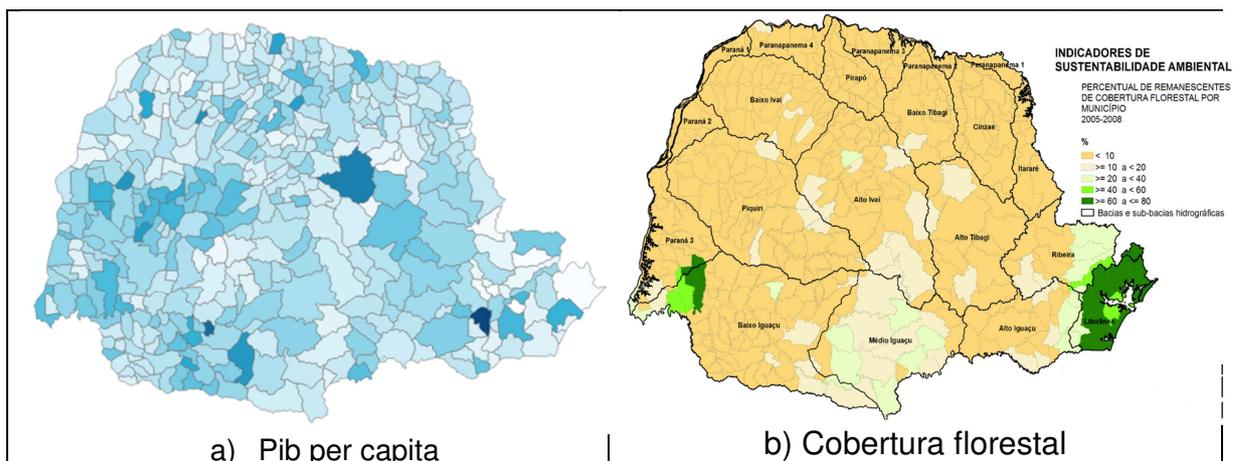


Figura 1- PIB per capita e cobertura florestal, municípios paranaenses.

Fonte: IPARDES.

Por sua vez, o nível de cobertura florestal no Estado do Paraná, em 2005-2008, já estava abaixo do desejável, em torno de 30%. Verifica-se que a maioria dos municípios paranaenses possuem menos de 10% de cobertura florestal remanescente. Deve-se salientar a importância das florestas para a proteção de mananciais de água, solos, flora e fauna, contribuindo para estocar o carbono atmosférico e para a regular do clima. Neste sentido, políticas públicas que busquem reverter este processo são necessárias.

## CONCLUSÕES

Este projeto buscou analisar o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná. Considerando as evidências, foi possível verificar que apesar do desempenho econômico do Paraná, sua produção possui uma desigualdade alta na sua distribuição entre os municípios paranaenses. Por sua vez, quando analisamos o indicador de cobertura florestal remanescente, observa-se que a maioria dos municípios se encontra em um patamar abaixo do desejável para a sustentabilidade, o que demanda políticas públicas que busquem reverter este cenário.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao CNPq pela bolsa de iniciação científica e ao programa PIBIC/CNPq/FA/Uem pela oportunidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, p. 33-55, 1997.

CUNHA, M.S.; VASCONCELOS, M. R.; BRAMBILLA, M. A. Pobreza e desigualdade na distribuição de renda no Paraná: uma análise para o período 1995-2015. **Revista de Economia**, v. 41, n. 76, p. 345-371, 2020.

GOMES, M. F.; FERREIRA, L. J. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

MOURA, A. S.; BEZERRA, M. C. **Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil**. 2016.

TAVARES, E. M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Holos**, v. 1, p. 120-129, 2005.